

Dayane Rodrigues Silva

Jovens em situação de privação de liberdade segundo dissertações de mestrado defendidas no Brasil (2007 - 2016)

**Uberlândia
2019**

Dayane Rodrigues Silva

Jovens em situação de privação de liberdade segundo dissertações de mestrado defendidas no Brasil (2007 - 2016)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Fabiana Pegoraro

**Uberlândia
2019**

Dayane Rodrigues Silva

**Jovens em situação de privação de liberdade segundo dissertações de
mestrado defendidas no Brasil (2007 - 2016)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Fabiana Pegoraro

Banca examinadora:

Uberlândia, 27 de Junho de 2019

Profa. Dra. Renata Fabiana Pegoraro (Orientadora)

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia-MG

Profa. Dra. Silvia Maria Cintra da Silva (Examinadora)

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia-MG

Bacharel Rafael Camilo Gonçalves (Examinador)

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia-MG

UBERLÂNDIA

2019

Agradecimentos

A Deus, que me proporcionou vivências, pessoas e oportunidades incríveis.

Aos meus pais, João Antônio e Sônia Rodrigues, por todo o esforço, cuidado e suporte que me ofereceram ao longo dos cinco anos de graduação.

Aos meus irmãos, Lidiane, Cintia, Géssica, Bruna e Rafael por todo amor, carinho e apoio.

À família e amigos que permaneceram sempre ao meu lado.

À Professora Dra. Renata Fabiana Pegoraro, minha orientadora, sem a qual a realização deste trabalho não teria sido possível.

Ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (IPUFU), pela oportunidade concedida para a realização da graduação em Psicologia.

À FAPEMIG pela concessão da bolsa de iniciação científica que permitiu a dedicação a esta pesquisa.

À PROPP UFU pelo estímulo e apoio à pesquisa.

Sumário

Introdução.....	3
Metodologia	7
Resultados e Discussão	9
(A) Caracterização geral das dissertações	9
(B) Análise qualitativa dos principais resultados das dissertações.....	11
Considerações Finais.....	21
Referências	24
APÊNDICE A – Listagem completa de dissertações (2007-2016).....	28

Resumo

Em seu capítulo sobre medidas socioeducativas, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) propõe a aplicação de medidas a adolescentes autores de atos infracionais cujo caráter deve ser educativo e não punitivo. O objetivo deste trabalho foi mapear as dissertações indexadas na base CAPES sobre a privação de liberdade de adolescentes defendidas entre 2007 e 2016. Esta pesquisa integra um estudo de maior amplitude que mapeia teses e dissertações presentes na base CAPES de 1990 a 2016, e que identificou 1133 dissertações defendidas neste período. Para atender ao objetivo proposto, foram selecionadas 174 dissertações que respondiam ao problema de pesquisa: “*Quais as contribuições da privação de liberdade como medida socioeducativa para o desenvolvimento de jovens no Brasil?*”. A medida socioeducativa de privação de liberdade tem sido abordada em diferentes campos do conhecimento, sendo os programas de mestrado ofertados em universidades em todas as regiões do Brasil, com concentração na região sudeste. Foi possível perceber vários problemas na execução da medida socioeducativa e que estão em desacordo com as prescrições do SINASE. Em muitos casos, a concepção punitiva se sobrepõe ao aspecto pedagógico da medida socioeducativa, levando a uma aproximação entre o sistema socioeducativo e o sistema prisional. Destaca-se a necessidade de cursos de formação para os profissionais que atuam no âmbito das medidas socioeducativas.

Palavras-chave: Medidas socioeducativas; jovens em conflito com a lei; privação de liberdade.

Abstract

In its chapter on socio-educational measures, the Statute of the Child and Adolescent (ECA) proposes the application of measures to adolescents who are responsible for offenses whose character must be educational and not punitive. The objective of this work was to map the CAPES database indexed dissertations on the deprivation of liberty of adolescents defended between 2007 and 2016. This research integrates a larger study that maps theses and dissertations present in the CAPES database from 1990 to 2016 and that identified 1133 dissertations defended in this period. In order to meet the proposed objective, 174 dissertations were selected that answered the research question: "What are the contributions of deprivation of liberty as a socio-educational measure for the development of young people in Brazil?". The socio-educational measure of deprivation of liberty has been approached in different fields of knowledge, with master programs being offered in universities in all regions of Brazil, with concentration in the southeast region. It was possible to perceive several problems in the execution of the socio-educational measure and that are in disagreement with the prescriptions of SINASE. In many cases, the punitive conception overlaps with the pedagogical aspect of the socio-educational measure, leading to an approximation between the socio-educational system and the prison system. It is important to emphasize the need for training courses for professionals working in the field of socio-educational measures.

Keywords: Socio-educational measures; young people in conflict with the law; deprivation of liberty.

Introdução

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Federal nº 8.069) surge em 1990 em substituição ao Código de Menores, e tem como premissa a garantia da Proteção integral à criança e ao adolescente. Segundo o ECA, é dever do Estado possibilitar que toda Criança e Adolescente tenha direito ao “desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (Art. 3º, Disposições Preliminares).

O Código de Menores, publicado em 1927, determinava a aplicação de processos especiais para as infrações cometidas por jovens com idades entre 14 e 18 anos, e estabelecia que aqueles com idade inferior a 13 anos não responderiam penalmente (Marques & Ferreira, 2017). Entretanto, essa regulamentação aliava a aplicação de medidas relacionadas às infrações cometidas pelos jovens com questões assistencialistas, onde era realizado o encaminhamento de órfãos ou abandonados aos mesmos estabelecimentos correccionais aos quais eram voltados para os jovens que haviam transgredido a lei (Rosa, Júnior & Rangel, 2007).

Assim, denota-se que o Código de Menores possuía um caráter discriminatório onde as desigualdades sociais e a pobreza eram vistos como fatores que levavam os jovens a cometerem atos infracionais, retirando assim, qualquer forma de responsabilização do Estado (Marques & Ferreira, 2017).

Com a promulgação do ECA há uma mudança de perspectiva sobre os assuntos que envolvem crianças e adolescentes e estes passam a ser tratados como “sujeitos de direitos” que demandam uma chamada totalidade de atenção, sendo considerados responsabilidade da família, da sociedade e do Estado. Além disso, o Estatuto, ao contrário do Código de Menores, é aplicado a toda a sociedade sem nenhuma forma de distinção (Rossato & Souza, 2014).

Ainda segundo o ECA, toda “criança e adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis” (Art. 15º, Capítulo II). Porém, o mesmo documento ainda prevê a aplicação de medidas socioeducativas a jovens que cometeram atos infracionais, estabelecendo que tais medidas sejam realizadas assumindo um caráter educativo e visando a ressocialização.

As Medidas socioeducativas previstas no art. 12 do Estatuto da Criança e do Adolescente assumem um caráter educativo e não punitivo, aplicáveis aos adolescentes que cometeram atos infracionais. Adota-se assim uma “concepção socioeducativa que alia a responsabilização pelo ato e o caráter pedagógico do Programa. Assim, a ação do Estado em relação aos atos infracionais passa a ter um caráter educativo, o qual é enunciado no termo socioeducativo” (Lazzarotto, 2014, p.503).

Essas medidas podem ocorrer de duas formas de acordo com a gravidade do ato infracional cometido pelo jovem: medidas em meio aberto e medidas de privação de liberdade. As atividades que ocorrem no meio privado são marcadas por uma ambivalência, uma vez que os jovens não se sentem motivados a participar das atividades, já que estão privados da sua vida fora daquele local (Malvasi, 2011).

A medida de privação de Liberdade consiste na internação de jovens em centros socioeducativos e ocorre mediante as infrações onde houve grave ameaça ou violência. O artigo 122 do ECA postula que a privação de liberdade deve seguir os princípios de brevidade, excepcionalidade e de respeito à condição peculiar de desenvolvimento do jovem. O primeiro diz respeito ao tempo das internações que deverá ser o menor possível avaliado em cada situação; o princípio da excepcionalidade informa que a medida de internação somente deverá ser aplicada quando as outras medidas se mostrarem insuficientes e; por fim, o último princípio refere-se ao papel do estado como responsável por zelar da integridade

física e psicológica desses jovens, além de garantir acesso à educação durante o período de internação (Rosa, Júnior, & Rangel, 2007).

Apesar de o Estatuto da Criança e do Adolescente oferecer um avanço no que tange aos direitos da criança e do adolescente, na prática, isso não ocorre de forma efetiva. As medidas socioeducativas muitas vezes falham no seu caráter educativo e de ressocialização, visto que a privação da liberdade dificulta a relação com a escola, a possibilidade de inserção no mercado de trabalho e torna maior a repressão da polícia quando o jovem termina de cumprir a medida, dificultando assim, o processo de reinserção do jovem na sociedade (Malvasi, 2011). Além disso, o jovem encontra-se desamparado após sair da instituição de internação, não havendo nenhum programa de atendimento socioeducativo para auxiliá-los no processo de voltar para a vida em sociedade (Gomes & Conceição, 2015).

Dessa forma, tem-se observado um número significativo de adolescentes que voltam a praticar atos infracionais após cumprirem medidas socioeducativas, visto principalmente em jovens que cumprem o processo em medida de privação da liberdade. Geralmente, os jovens tentam justificar essa reincidência por estarem em busca de uma vida melhor, ou pela dificuldade de ingresso no mercado de trabalho e no processo de formação qualificada impedida pela estigmatização que sofrem após cumprirem medidas socioeducativas (Malvasi, 2011).

Outro ponto a ser levantado diz respeito à qualidade e ao compromisso do serviço oferecido pelas instituições de internação que executam as medidas socioeducativas. Desde 2012, o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) estabelece referenciais e diretrizes mínimas para serem adotadas nas instituições que executam medidas socioeducativas, visando à proteção e a promoção dos direitos dos jovens que cumprem tais medidas (Rossato & Souza, 2014).

Contrapondo-se a isso, Roman e Souza (2014) apontam em seu trabalho uma série de situações degradantes as quais os jovens eram expostos ao adentrar nessas unidades. No seu livro, o autor relata algumas condições que puderam ser observadas durante o seu trabalho junto a uma equipe de pesquisadores em diversas unidades ditas socioeducativas, dentre elas, há relatos de humilhação, tortura, negação de comida e abusos sexuais cometidos entre os próprios jovens das instituições.

A partir disso, observa-se um forte contraste entre as diretrizes básicas que regem a aplicação desse trabalho com aquilo que de fato ocorre na prática. Juntamente, o alto índice de reincidência na realização de atos infracionais por jovens que cumpriram medidas socioeducativas sob a privação da liberdade, nos faz refletir sobre as implicações e consequências que tais medidas trazem para a vida desses personagens e nos leva a questionar os artigos previstos no ECA que têm por finalidade garantir o direito, a proteção e a integridade desses jovens. Além disso, tal situação permite repensar o lugar que nós representamos como cidadãos que contribuem para a exclusão social de jovens que cumpriram essas medidas e precisam buscar novamente seu papel na sociedade.

Frente a essas considerações o problema de pesquisa elaborado para nortear este estudo foi: *“Quais as contribuições da privação de liberdade como medida socioeducativa para o desenvolvimento de jovens no Brasil?”*.

Deste modo, o *objetivo* desse trabalho foi mapear as dissertações indexadas na base CAPES sobre a privação de liberdade de adolescentes defendidas entre 2007 e 2016. Como *objetivos específicos* desta pesquisa foram delimitados: (1) Identificar as características das publicações quanto à instituição de origem, programa de pós-graduação ao qual se vinculam, tipo de pesquisa desenvolvida e público-alvo dos estudos; (2) Compreender se as ações desenvolvidas pelas equipes assistenciais na privação de liberdade são executadas conforme as orientações do SINASE.

Metodologia

Foi efetuada uma revisão sistemática da literatura que segundo Galvão e Pereira (2014) é um estudo abrangente, que explicita os critérios adotados para inclusão e exclusão de estudos, os quais permitem, portanto, que o mesmo caminho seja trilhado por outros pesquisadores e cuja vantagem se assenta na possibilidade de que seus resultados sejam indicadores de evidências para tomada de decisão frente a um tema/problema (Galvão & Pereira, 2014, p.183).

O primeiro passo para a localização das referências foi a definição do problema de Pesquisa: “*Quais as contribuições da privação de liberdade como medidas socioeducativas para o desenvolvimento de jovens no Brasil?*”. O segundo passo consistiu na *Delimitação dos critérios de seleção* das publicações. Foram considerados como *critérios de inclusão*: (a) Publicações do período de 2007 a 2016; (b) Formatos: dissertações; (c) Descritores: Adolescente em conflito com a lei, Adolescentes em conflito com a lei, Adolescente institucionalizado, Delinquência Juvenil, Fundação Casa e Medidas Socioeducativas; (d) Idiomas: português; (e) Base consultada: Banco de Teses da CAPES; (f) Estar disponível *on-line*.

Após essa etapa, foi realizada a busca das referências por meio de consultas à base de dados *on-line* Banco de Teses da CAPES por meio das palavras-chave selecionadas. Foram localizadas 1131 dissertações (ver Tabela 1). Após esse levantamento, foi efetuada a leitura do título e do resumo de cada produção para verificar se respondiam ao problema de pesquisa (o cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado), foram eliminados os textos repetidos e aqueles que não se encontravam no período de publicação delimitado. Ao final dessa etapa restaram 199 dissertações, das quais algumas não continham o resumo *on-line*, tendo sido encontradas apenas informações como nome do trabalho, nome do autor, ano da defesa, dentre outras. Para tentar sanar essa dificuldade foram consultados os sites dos

programas de pós-graduação nas quais as dissertações foram defendidas na tentativa de recuperá-las. Quando esse procedimento não se mostrou eficiente, houve tentativas de contato com os autores através do envio de e-mails com apoio da Plataforma Lattes ou e-mail pessoal (quando encontrados em outros trabalhos on-line publicados pelos autores). Diante da dificuldade de fazer uma análise, tanto quantitativa quanto qualitativa, realizou-se a exclusão das 25 dissertações cujos resumos não foram localizados *on-line*. Assim o *corpus* de análise foi constituído por 174 trabalhos. Os dados dessa etapa podem ser observados detalhadamente na Tabela 1:

Tabela 1: Dissertações localizadas, eliminadas e recuperadas para análise.

Descritor	Nº de referências localizadas	Eliminados pela leitura dos títulos	Selecionados para leitura dos Resumos	Repetidos	Eliminação pelo Recorte 2007 -2016	Eliminados após leitura dos resumos	Eliminados após leitura na íntegra	Nº de referências recuperadas	Textos recuperados e com resumo <i>on-line</i>
Adolescente em conflito com a lei	263	52	211	1	38	105	10	57	53
Adolescentes em conflito com a lei	323	64	259	95	29	79	5	51	39
Adolescente institucionalizado	10	2	8	1	1	4	1	1	1
Delinquência Juvenil	83	18	65	15	23	20	0	7	5
Fundação Casa Medidas Socioeducativas	94	41	53	19	2	8	2	22	22
TOTAL	1131	271	860	242	112	281	26	199	174

Fonte: Autora

Das 174 dissertações cujo resumo foi selecionado, não foi possível recuperar o texto completo em todos os casos. Dos 14 e-mails enviados a autores, apenas cinco foram respondidos com o envio do trabalho em anexo. Dessa forma, foram localizados 165 textos completos dentre as 174 dissertações (listadas no Apêndice A).

Em seguida, foram realizados os procedimentos para apreciação das dissertações: a partir da delimitação do *corpus* de análise, cada trabalho recuperado foi lido para a extração

dos seguintes dados: autores, ano de publicação, programa de pós-graduação em que foi defendido, universidade, estado, objetivos, tipo de estudo, instrumentos/técnicas de coleta, sujeitos das pesquisas e principais resultados. Inicialmente a proposta do trabalho consistia apenas na leitura dos resumos. Porém, ao longo do trabalho observou-se que grande parte dos resumos não continham as informações buscadas, e assim, optou-se pela recuperação do trabalho completo e posterior análise deste material.

A última etapa consistiu na avaliação da qualidade das evidências, onde a partir dos principais achados da pesquisa foi realizado um procedimento inspirado na análise temática de conteúdo de Bardin (1977). Os principais resultados de cada dissertação foram recortados para um arquivo no *word*, em seguida os resultados foram exaustivamente lidos para a identificação dos temas emergentes, os quais foram agrupados em eixos temáticos tal qual apresentados no próximo item.

Resultados e Discussão

(A) Caracterização geral das dissertações

Das 1131 dissertações localizadas a partir das palavras-chaves, foram selecionadas 174 que respondiam aos objetivos da pesquisa, a partir da verificação dos critérios de inclusão e exclusão.

Em relação aos Programas de Mestrado com maior frequência de dissertações defendidas sobre o tema e recuperadas para este estudo, 25,9% das dissertações foram defendidas em Programas de Mestrado em Educação; 20,7% em Programas de Mestrado em Psicologia; 12,1% em Programas de Mestrado em Serviço Social; 6,9% em Programas de Mestrado em Adolescente em Conflito com a Lei; Programas Mestrado em Sociologia com 5,8% e, Programas de Mestrado em Direito com 5,2%. Ainda foram desenvolvidos estudos em outras áreas, como: desenvolvimento social, administração, políticas sociais, saúde

coletiva, artes e artes cênicas, música, serviço social, medicina, direitos humanos, dentre outros.

Das dissertações analisadas, houve prevalência de vínculo institucional com universidades localizadas no Estado de São Paulo, sendo 6,9% das dissertações oriundas da Universidade de São Paulo (USP), 6,9% da Universidade Anhanguera de São Paulo (UNIAN), 5,2 % da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e 4,0 % da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita (UNESP). Outros números mais significativos estão ligados à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) com 5,2% e Universidade de Brasília (UNB) com 4,0%. Também foram identificados estudos na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Universidade de São Marcos (USM), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade de Uberaba (UNIUBE), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade do Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), dentre outras. Assim, foi observada uma prevalência de vínculo institucional com universidades do Estado de São Paulo, acumulando um total de 32,2% dos estudos realizados, seguidos pelos estados de Minas Gerais (8,6%), do Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul (com 7,5% cada). Dessa forma, observamos uma concentração de dissertações defendidas no Sudeste, o que está de acordo com a oferta da pós-graduação *stricto sensu* no país, com especial destaque para o Estado de São Paulo. A região Sul também foi destaque com defesas nos Estados de Rio Grande do Sul (7,5%) e Paraná (7,5%).

Em relação ao ano de publicação das produções científicas sobre o tema, é possível observar que a partir do ano de 2010 mantiveram-se números de publicação bem próximos, com algumas oscilações. O ano de 2013 teve o maior número de dissertações, totalizando 16,1%. Em contrapartida, em 2009 foi observado o menor número, com apenas 4,6% das produções. (Tabela 2)

Tabela 2 - Distribuição de frequência de defesas de dissertações (2007 a 2016)

Níveis	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %	Frequência Relativa Acumulada %
2007	11	6.3	6.3
2008	11	6.3	12.6
2009	8	4.6	17.2
2010	16	9.2	26.4
2011	17	9.8	36.2
2012	17	9.8	46.0
2013	28	16.1	62.1
2014	22	12.6	74.7
2015	24	13.8	88.5
2016	20	11.5	100

Fonte: Autor

A metodologia de pesquisa mais utilizada nos estudos foi a qualitativa, presente em 70,0% das dissertações. A pesquisa quantitativa esteve presente em apenas 1,2% dos estudos, a pesquisa bibliográfica em 1,8% e a pesquisa documental aparece em 6,9% dos trabalhos. Também foram utilizadas metodologias de estudo combinadas, sendo elas: pesquisa quali-quantitativa (9,9%); pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa qualitativa (7%); pesquisa bibliográfica e documental (1,7%) e pesquisa documental e qualitativa (0,6%).

Sobre os participantes da pesquisa, 30,5% dos trabalhos foram realizados com adolescentes; 8,0% com profissionais; 5,7% com agentes socioeducativos e, 5,2% com a equipe pedagógica. Em algumas pesquisas, foram participantes adolescentes, profissionais e família (2,3%), gestores e executores da MSE (0,6%), profissionais de serviços que compõem a Rede de Atendimento em torno do SINASE (0,6%), dentre outros. Um total de 10,3% das pesquisas não informaram sobre os participantes.

(B) Análise qualitativa dos principais resultados das dissertações

Durante a leitura das dissertações foi possível perceber ações desenvolvidas nas unidades de privação de liberdade que contribuíram para o desenvolvimento e formação dos jovens, tais como: projetos envolvendo a música como forma de inclusão social, a arte como forma de pensar os corpos e espaços, a rádio como elemento socializador e liberdade de expressão, oficinas de teatro e música, cursos profissionalizantes, atividades com equipes de

psicologia, educadores físicos e professores de artes, entre outras. Ainda assim, grande parte dos estudos apontou os problemas que ocorrem na execução da medida socioeducativa de privação de liberdade e que desconsideram as prescrições dos documentos legais sobre o andamento das medidas. Essas questões serão abordadas em tópicos a seguir.

Devido ao grande número de dissertações analisadas, optou-se por colocar na seção de resultados não os sobrenomes dos seus autores, mas o número atribuído a cada dissertação, cuja listagem completa pode ser conferida no Apêndice A. Esta escolha se justifica pela tentativa de dar mais fluência à leitura da seção de resultados qualitativos.

b.1 Inadequação de estrutura física e material

As inadequações das estruturas física e material das unidades de privação de liberdade foram abordadas em 20 dissertações (8; 29; 37; 39; 40; 48; 53; 56; 59; 65; 66; 75; 81; 88; 107; 124; 128; 129; 137; 159), nas quais se observou: quantidade de camas inferior à quantidade de adolescentes internos; estruturas arquitetônicas com elementos que fazem lembrar presídios como janelas com grades; ausência de materiais adequados para as ações educativas; condições insalubres como vazamento de água, espaços sem ventilação, presença de odores fortes e a superlotação. Com relação à superlotação, de acordo com as prescrições do SINASE uma unidade pode abrigar até 40 adolescentes, e os estudos analisados destacaram números superiores a esse. Dados semelhantes sobre as inadequações identificadas foram levantados em outros estudos como os desenvolvidos por Rosa, Júnior e Rangel (2007), Malvasi (2011) e Scisleski, Bruno, Galeano, Santos & Silva (2015), demonstrando que este é um problema recorrente no cenário das medidas socioeducativas. Além disso, o documento do SINASE estabelece que as unidades das medidas socioeducativas sejam adequadas e com capacidade física que favoreça a execução da medida e assegurem a garantia dos direitos fundamentais e o desenvolvimento dos adolescentes. Sendo assim, a “arquitetura socioeducativa deve ser concebida como espaço

que permita a visão de um processo indicativo de liberdade, não de castigos e nem da sua naturalização” (Brasil, 2006, p. 51).

b.2 Profissionais que atuam nas unidades de internação

Em relação ao papel dos agentes socioeducativos que atuam nas unidades de internação, 18 dissertações ^(6; 13; 14; 15; 26; 40; 47; 65; 80; 94; 120; 129; 147; 156; 157; 159; 16; 170) demonstram que muitos profissionais não possuíam clareza sobre seu papel, além de desconhecem as prescrições do SINASE. Foram observadas nesses estudos que as ações dos agentes socioeducativos implicavam, muitas vezes, em privilegiar a segurança em detrimento das ações educativas.

É possível perceber a existência de uma forte tensão entre uma concepção repressiva, com foco na segurança, e uma concepção recuperadora (pedagógica). Essa dupla posição da medida como recuperação e como repressão sugere que não há uma única definição sobre os objetivos da medida socioeducativa, dificultando a compreensão da sua execução por parte dos agentes socioeducativos que, em muitos casos, privilegiam a segurança em detrimento do aspecto socioeducativo da medida nas unidades de internação (Costa, 2015). Essa tensão dificulta que seja realizado aquilo que é proposto pelo SINASE em sua quarta diretriz: “Respeito à singularidade do adolescente, presença educativa e exemplaridade como condições necessárias na ação socioeducativa” (Brasil, 2006, p.47).

Ainda sobre os agentes socioeducativos, quatro dissertações ^(13; 120; 156; 157) apontaram a presença de ações meramente punitivas e vexatórias (por exemplo, ficar preso no quarto como forma de castigo, a perda do “privilégio” de participar das atividades de lazer, jovens punidos porque falaram sem ter pedido permissão); o emprego de termos que desvalorizavam o jovem (como “bandidinho” e “vagabundo”); e tendências a culpabilizar a família ou o jovem pelo envolvimento com a prática infracional. Essas práticas profissionais desconsideram o adolescente como sujeito social e estão em desacordo com o ECA (1990) que no seu art. 6º

prevê a necessidade de se considerar “os direitos e deveres individuais e coletivos [desses sujeitos], e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento”. Além disso, os artigos 17 e 18 deste documento estabelecem que sejam assegurados o direito ao respeito e à integridade desses jovens, consistindo na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, protegendo-os de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (ECA, 1990).

A fragilização dos recursos humanos foi apontada em 22 dissertações ^(6; 13; 14; 15; 26; 34; 40; 47; 48; 53; 65; 80; 94; 120; 129; 146; 147; 156; 157; 159; 161; 170), as quais destacaram número insuficiente de profissionais, ausência de contratações principalmente na categoria dos instrutores educacionais, a ausência de identificação com o trabalho exercido, a presença de agentes que não acreditam no caráter socioeducativo da medida e a ausência de práticas multiprofissionais que permitissem discussões e troca de saberes. As prescrições do SINASE estabelecem que, para atender até 40 adolescentes na medida socioeducativa de internação, seja formada uma equipe mínima composta por: um diretor, um coordenador técnico, dois assistentes sociais, dois psicólogos, um pedagogo, um advogado (defesa técnica), demais profissionais necessários para o desenvolvimento de saúde, escolarização, esporte, cultura, lazer, profissionalização e administração e socioeducadores (cuja quantidade vai depender da dinâmica institucional e de diferentes eventos internos, podendo variar de um socioeducador para cada três ou quatro adolescentes até dois socioeducadores para cada adolescente - quando envolve situações com alto risco de fuga, de autoagressão ou agressão a outros). A maior parte das dissertações analisadas nesse tópico não apontaram o número de profissionais presentes no quadro da instituição socioeducativa de internação, mas percebe-se que o quadro mínimo de profissionais não era respeitado em todas as unidades pesquisadas. O mesmo documento ainda estabelece que as ações devam ser voltadas para a garantia e o respeito do jovem como ser social. Em relação à dinâmica com o trabalho, esse documento prevê que seja

realizada a socialização das informações, dos saberes e das práticas realizadas com os adolescentes em equipe multiprofissional, sem que exista uma hierarquização dos saberes, garantindo assim, uma construção conjunta do processo socioeducativo (Brasil, 2006).

A contratação dos agentes socioeducativos se dá, prioritariamente, por meio de aprovação em concurso público, regido por edital específico que no geral exige ensino médio completo, podendo variar de acordo com a região (Barsaglini & Vaillant, 2018). Segundo o SINASE, o processo seletivo para contratação do quadro de profissionais deve contar com avaliação de currículo, prova seletiva (que aborde tema como direito da criança e do adolescente, fundamentos jurídicos, políticos, sociológicos, éticos, pedagógicos, filosóficos e históricos da socioeducação, política de atendimento à infância e juventude e regimes de atendimento, métodos e técnicas da ação socioeducativa), entrevista, dinâmicas de grupo que favoreçam a expressão pessoal e exames médicos admissionais (Brasil, 2006).

As fragilidades referentes aos recursos humanos expostas nas dissertações analisadas nos alertam para a necessidade de cursos de formação continuada que preparem esses profissionais para o trabalho com os jovens em conflito com a lei na medida de privação de liberdade ^(15; 26; 80), conforme estabelecido pelo SINASE, além da importância de se criar de espaços de discussão sobre o trabalho desenvolvido no cotidiano das instituições ^(61; 66). Diante de questões como essa que têm se repetido no histórico das medidas socioeducativas de privação de liberdade, foi criada em 2014 a Escola Nacional de Socioeducação (ENS), a partir da constatação da necessidade pelos operadores do SINASE. A ENS teria como objetivo proporcionar formação continuada para diferentes profissionais que atuam direta ou indiretamente no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e postular uma unidade metodológica e curricular em todo o Brasil. A partir desse primeiro modelo foram criados outros na mesma lógica de formação continuada para socioeducadores (Secretária dos Direitos Humanos/Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e dos

Adolescentes, 2014), mas, ainda assim, a partir das análises realizadas é possível perceber que muitos profissionais reproduzem concepções que não respeitam integralmente os direitos dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

b.3 Exclusão da Família do Processo Socioeducativo

Sete dissertações ^(13; 41; 71; 88; 124; 130; 149) abordam situações onde as famílias são excluídas do processo socioeducativo, com a presença de violações de direitos no que se refere às visitas e ao convívio familiar, como a distância entre as unidades socioeducativas de privação de liberdade e os municípios onde residem as famílias; ausência, irregularidade e condições precárias na realização das visitas pelos familiares; não existência de visitas íntimas; revista íntima vexatória; ações restritas e desarticuladas para o cuidado e fortalecimento com os familiares dos adolescentes, que em sua maioria viviam em condições de pobreza ou extrema pobreza e; processos de culpabilização dessas famílias. Segundo Nunes, Andrade e Souza (2013), o papel da família é de grande importância na vida dos jovens e a sua participação no processo socioeducativo pode levar a resultados mais significativos. As autoras pontuam trabalhos e intervenções que foram desenvolvidos com as famílias em centros socioeducativos e que atingiram resultados positivos, tanto na mudança de concepção dos jovens sobre a medida, quanto na aproximação dos jovens com suas famílias.

É somente a partir da promulgação do ECA que se atribui ao Estado a responsabilidade de dar suporte às famílias para o bem-estar e o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Ainda assim, persiste na interpretação da sociedade e diversos profissionais que atuam com as famílias uma tendência de responsabilizá-las pelo envolvimento de adolescentes com a prática infracional. Assim, retira-se do Estado a perspectiva de corresponsabilização e a necessidade de políticas públicas que atendam a esses jovens (Scisleski, Bruno, Galeano, Santos, & Silva, 2015).

Em dois estudos ^(71; 124) que abordam especificamente o papel da família na medida socioeducativa, percebeu-se que, na maior parte dos casos estudados, as famílias e os adolescentes desconheciam o trabalho realizado e os objetivos pretendidos com a MSE, fazendo com que a medida socioeducativa fosse vista apenas como uma reprodução do sistema prisional. Já em um dos estudos que buscou ouvir jovens internos em uma unidade de socioeducação ⁽⁴¹⁾, observou-se que a medida era avaliada como negativa por esses sujeitos devido ao distanciamento da família e do convívio social, como também encontrado na literatura (Andrade & Barros, 2018). O capítulo III do ECA estabelece o direito da convivência familiar de toda criança ou adolescente, sendo considerada a necessidade do convívio da família para o seu desenvolvimento. Esse direito de convivência está assegurado, inclusive, nos casos onde o jovem esteja privado de liberdade em decorrência de ato infracional (ECA, 1990; Brasil, 2006).

b.4 Controle e padronização do comportamento dos adolescentes

A partir da análise das dissertações, observou-se que há uma tendência na execução das medidas socioeducativas de privação de liberdade em esperar que os jovens sigam uma normatização e padronização de comportamentos. Esse fenômeno foi discutido por 16 dissertações ^(7; 11; 16; 46; 60; 88; 91; 97; 125; 132; 149; 150; 152; 156; 166; 172) que apontaram que na execução das medidas socioeducativas pode existir uma tentativa de “consertar” os jovens infratores, eliminando os seus comportamentos desviantes, atuando desta forma como um dispositivo disciplinar e de normatização ^(11; 46; 60; 97; 169; 172). Esta situação reproduz a exclusão social que marca a vida desses jovens fora das unidades de internação. Oito dissertações ^(46; 88; 97; 125; 149; 152; 156; 166) discutiram que as unidades de internação atuavam como um instrumento de governamentalidade estatal, cujo objetivo seria criar sujeitos que aceitassem papéis e lugares sociais nos quais são colocados, através de técnicas desenvolvidas para controle, normalização e moldagem de conduta das pessoas, reforçadas pelo dispositivo discursivo dos

profissionais aplicadores da medida. Andrade e Barros (2018) discutem que, embora a medida socioeducativa tenha como um dos seus objetivos respeitar a autonomia dos jovens, o que se percebe é uma tentativa de infantilização dos internos através do medo, da oferta de recompensas e pela contenção das vontades e desejos do jovem interno.

De acordo com Foucault (2001) citado por Rosa, Junior e Rangel (2007) a imposição da disciplina torna possível o “adestramento” dos seres humanos, e torna desnecessária a aplicação de punições físicas. Ao invés de castigos corporais, são utilizadas a humilhação, a perda de privilégios antes concedidos e o oferecimento de recompensas a fim de se produzir corpos submissos, “corpos dóceis”. Esse movimento teria a finalidade de se realizar a manutenção da hierarquia de classes, a persistência das desigualdades sociais e a discriminação baseada na cor e na classe social, uma vez que, corpos dóceis seriam conformados com os lugares que ocupam na sociedade, sem nenhuma força para se contrapor à dominação (Mendes, 2006).

Segundo Andrade e Barros (2018), os fenômenos de criminalização e estigmatização da população pobre ainda persistem e estão presentes nos centros socioeducativos, uma vez que, jovens de classes médias e altas não são vistos cumprindo as medidas socioeducativas de internação. E, quando vistos, são em números bem menores. Rosa, Júnior e Rangel (2007) discutem as distinções nas justificativas dadas socialmente aos atos infracionais cometidos por adolescentes de classes sociais distintas, sendo consideradas e amenizadas por conta da faixa etária quando são de classes média ou alta. Já os delitos cometidos por jovens de classes menos favorecidas são explicados como manifestações dos traços de personalidade que esses sujeitos possuem, reflexo do estigma que carregam (Coelho, 1992; Hawkins et al., 2000; Battella & Diniz, 2010).

Seis dissertações ^(7; 60; 88; 191; 97; 172) apontaram ainda que os estigmas e os pré-conceitos são acentuados quando se tratam de jovens pobres e negros. Como são vistos socialmente

como perigosos, recebem maior controle e vigilância por parte da polícia, se deparam com dificuldades para conseguir acesso à ajuda jurídica e, no contexto das medidas socioeducativas, sofrem penalização mais acirrada, se comparados a jovens brancos. Miranda, Paiva e Lima (2019) discutem a necessidade de se construir novas significações para a população pobre e negra do Brasil, retirando a visão estigmatizante de que esta seria potencialmente perigosa e, portanto, que desviaria o foco sobre o problema real das questões estruturantes de um estado fortalecido em prol das desigualdades sociais.

Outras situações em que a tendência à normatização pode ser vista ocorrem nas oficinas e cursos profissionalizantes oferecidos aos adolescentes durante a MSE ^(7; 156), os quais não correspondem com a realidade demandada pelo mercado de trabalho, perpetuando-se uma divisão social entre classes dominantes e dominadas. Como sinalizado nas dissertações lidas, tem-se velhos costumes travestidos de novas práticas. Neste sentido, alguns cursos e oficinas ainda que tenham um propósito inicial de inserção no mercado de trabalho, se avaliados de maneira mais crítica, não facilitam a inclusão social do jovem. Pelo contrário, não habilitam esse jovem para a entrada no mercado de trabalho e ainda funcionam como métodos de controle, propiciando a exclusão social desses sujeitos, assim como a criminalização da pobreza. Sendo assim, esse aspecto presente na medida contradiz uma das premissas do SINASE cuja proposta é favorecer a inclusão social através das medidas socioeducativas, se contrapondo ao passado de controle e exclusão social que era sustentado pelo Código de Menores (Brasil, 2006). Nota-se pelas dissertações avaliadas que ainda são buscados métodos de controle e criminalização da pobreza dentro do paradigma das medidas.

b.5 Jovens Egressos e a Reincidência

A falta de acompanhamento dos jovens egressos das medidas socioeducativas e o fenômeno da reincidência foram questões apontadas em 16 dissertações, uma vez que apresentam indícios de falhas no sistema socioeducativo ^{(6; 14; 15; 43; 44; 49; 51; 53; 62; 70; 114; 117; 118;}

162; 164; 168). A trajetória do jovem egresso do sistema socioeducativo é um importante dado para a avaliação e revisão das ações desenvolvidas nas medidas socioeducativas. Ainda assim, esse acompanhamento não é realizado e, após cumprir tais medidas, o jovem encontra-se desamparado, não havendo nenhum programa de atendimento socioeducativo para auxiliá-lo no processo de voltar a viver em sociedade^(44; 51). Assim, o jovem encontra-se desamparado após sair da instituição de internação, havendo pouco ou nenhum programa de atendimento socioeducativo que o auxilie no processo de reinserção na vida em sociedade (Gomes & Conceição, 2015).

Ao sair do sistema socioeducativo o jovem se depara com uma série de problemas, dentre eles: a baixa instrumentalização e ausência de assistência para a inserção no mercado; restrição de redes sociais e de oportunidades de vida; ausência de atividades desenvolvidas com os egressos e com a comunidade; rotulação e estigmatização por eles enfrentadas^(70; 169). No que tange à preparação deste jovem para sua inserção no âmbito social, percebe-se a produção de políticas públicas fragmentadas e descontinuas que auxiliam na reprodução do sistema e diminuem o impacto das medidas socioeducativas na vida desses jovens, levando à problemática da reincidência e continuidade entre os sistemas socioeducativo e penitenciário^(14; 15). Uma das grandes consequências dessa escassez de políticas voltadas a esse público é o alto número de reincidência entre os jovens^(12; 70; 115; 164). Malvasi (2011) observou em seu trabalho um alto índice de jovens que voltam a reincidir no sistema socioeducativo e pontua a ausência de uma rede de políticas e serviços públicos que garantam ao adolescente o acesso aos seus direitos e oportunidades. Além disso, o autor reforça que ao sair do sistema socioeducativo o jovem passa por algumas dificuldades ao tentar ingressar no mercado de trabalho, devido à estigmatização sofrida após cumprir a medida de privação de liberdade. Padovani e Ristum (2013) ressaltam que é muito difícil discutir o fenômeno da reincidência

devido à precariedade de dados sobre o tema (proveniente das falhas no acompanhamento do egresso) e devido à escassez de pesquisas no meio acadêmico.

As dissertações recuperadas para análise apontaram a necessidade de políticas públicas e serviços que apoiem os jovens egressos dos centros socioeducativos de privação de liberdade em seu planejamento de vida ^(37; 44; 58; 65). Não há também acompanhamento no que diz respeito ao direito à educação desses jovens, que se deparam com o preconceito de professores e alunos e, ainda, a falta de capacitação dos profissionais para agirem nesses casos ⁽¹¹⁸⁾. Ainda que as prescrições do SINASE apontem para a necessidade de ações voltadas para o jovem egresso assim como a permanência na rede formal de ensino, não há um sistema eficaz de acompanhamento e a literatura destaca a ausência de políticas públicas que visem à inclusão social e o acesso ao direito desses jovens (Malvasi, 2011).

Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo mapear as dissertações indexadas na base CAPES sobre a privação de liberdade de adolescentes defendidas entre 2007 e 2016, que respondessem ao problema de pesquisa: “Quais as contribuições da privação de liberdade como medida socioeducativa para o desenvolvimento de jovens no Brasil?”. Face aos resultados deste estudo, apresentados anteriormente, considera-se que os objetivos foram atingidos. A medida socioeducativa de privação de liberdade tem sido abordada em diferentes campos do conhecimento, sendo os programas de mestrado ofertados em universidades em todas as regiões do Brasil, com concentração na região sudeste.

A partir da análise qualitativa foi possível perceber uma série de problemas existentes na execução da medida socioeducativa e que estão em desacordo com as prescrições do SINASE (sem, portanto, contribuir para o desenvolvimento dos jovens), sendo eles, problemas de ordem estrutural, de recursos físicos e humanos e de acompanhamento ao egresso. Em muitos casos, a concepção punitiva se sobrepõe ao aspecto pedagógico da

medida socioeducativa, levando a uma aproximação entre o sistema socioeducativo e o sistema prisional. As medidas, muitas vezes, não cumprem com o seu caráter socioeducativo e de ressocialização, que implicaria na preparação do adolescente para voltar ao convívio em sociedade e na criação de um projeto de vida posterior ao cumprimento da medida. Foi constatada uma série de desafios encontrados pelos profissionais que trabalham com medidas socioeducativas e que diminuem a sua eficácia, como o desconhecimento das prescrições do SINASE, a escassez de recursos, a falta de estrutura, o funcionamento precário, a presença de práticas institucionais violadoras de direitos humanos, ente outros aspectos.

Ainda que grande parte dos estudos demonstre o baixo impacto da medida socioeducativa de privação de liberdade na vida dos jovens, alguns sinalizaram a visão positiva dos adolescentes sobre o trabalho desenvolvido nos centros socioeducativos, uma vez que asseguram a garantia de direitos mínimos, como segurança, saúde e educação, antes não vivenciados por eles.

Destaca-se ainda a necessidade de orientação e fiscalização nos centros socioeducativos para que garantam o cumprimento das normativas e a necessidade de cursos de formação para os profissionais que atuam no âmbito das medidas, desde os responsáveis pela implementação da MSE até os agentes socioeducativos e demais profissionais que atuam nas unidades de internação. Além disso, pontua-se a necessidade de políticas públicas e serviços que apoiem os jovens egressos dos centros socioeducativos de privação de liberdade em seu planejamento de vida. Além de políticas que apoiem a reintegração comunitária do jovem é preciso destacar que as políticas públicas têm falhado também antes da inserção do jovem na privação de liberdade, levando o jovem a criminalidade. É necessária a interlocução entre políticas públicas de educação, saúde, habitação, lazer e cultura para garantir ao jovem acesso aos seus direitos básicos.

Um limite deste estudo foi não ter incorporado dissertações cujo texto não se encontrava *on-line* e produções como teses de doutorado e artigos publicados em periódicos, mas se entende que são tarefas que demandariam um maior tempo de estudo e pesquisa. A maior dificuldade para realização da presente pesquisa foi o grande número de resumos que não continham as principais informações sobre o trabalho, sendo que, em muitos, faltavam até mesmo os objetivos, a metodologia e os principais resultados obtidos, sendo necessário recorrer aos trabalhos completos.

Referências

- Andrade, M. S., & Barros, V. A. de. (2018). O jovem egresso da medida socioeducativa de internação: repercussões psicossociais. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(1), 37-53. Recuperado em 13 de fevereiro de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000100004&lng=pt&tlng=pt.
- Aranzedo, A. C. (2015). “Meninas”: os conflitos com a lei e as representações das medidas Socioeducativas. *Psicologia e Saber Social*, 4(2), 265-276. doi: <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2015.16413>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barsaglini, R. A., & Vaillant, C. B. (2018). “Um agente prisional de menor”: identidade e percepções do agente socioeducativo sobre a instituição, os adolescentes e a sua ocupação. *Saúde e Sociedade*, 27(4), 1147-1163. doi: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902018180080>
- Batella, W. B., & Diniz, A. M. A. (2010). Análise espacial dos condicionantes da criminalidade violenta no estado de Minas Gerais. *Sociedade & Natureza*, 22(1), 151-163. doi: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132010000100011>
- Brasil. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2006). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE*. Brasília-DF: CONANDA. Recuperado de: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>
- Coelho, M. P. (1992). Crime Organizado e pobreza: uma nova associação. *Polícia Militar, Estado e Sociedade: os desafios da Modernidade*. Belo Horizonte: Fundação João

Pinheiro.

Costa, C. da. (2015). Dimensões da Medida Socioeducativa: entre o sancionatório e o pedagógico. *Textos & Contextos*, 14(1), 62 – 73. doi: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2015.1.16858>

Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Recuperado em 15 de abril de 2016, de <http://www.planalto.gov.br/>

Galvão, T. F., Pereira, M. G.. (2014). Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 23(1), 183-184. doi: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742014000100018>

Gomes, C. C. & Conceição, M. I. G. (2015). Sentidos da trajetória de vida para adolescentes em medida de liberdade assistida. *Psicologia em Estudo*, 19(1), 47-58. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-7372189590005>

Hawkins, J. D. et al. (2000). Predictors of youth violence. *Juvenile Justice Bulletin*, 01-15. Recuperado de www.ojjdp.ncjrs.org/publications.

Lazzarotto, G. D. R. (2014). Medidas socioeducativas: Cartas ao reinado do saber. *Psicologia em Estudo*, 19(3), 503-514. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-73725000313>

Malvasi, P. A. (2011). Entre a frieza, o cálculo e a "vida loka": violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. *Saúde e Sociedade*, 20(1), 156-170. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000100018>

Marques, J., & Ferreira, A. (2017). Educação escolar de jovens em situação de privação de liberdade. *Educação Online*, (25), 1-18. Recuperado de <http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/289>

- Mendes, C. L. (2006). O Corpo em Foucault: superfície de disciplinamento e governo. *Revista de Ciências Humanas EDUFS*, 39, 167-181. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/17993/16941>
- Miranda, G., Paiva, I. L., Lima, N. P. M. (2019). Os Contextos das Instituições Totais e os processos de Mortificação subjetiva de adolescentes privados (as) de liberdade. Em N. G. Silva Junior & R. W. Tannus (Organizadores). *Educação de Jovens Privados de Liberdade: Ensaio Interdisciplinares* (pp. 107-124). João Pessoa: Editora do CCTA.
- Nunes, M. C. A., Andrade, A. G. de S. & Morais, N. A. de. (2013). Adolescentes em conflito com a lei e família: um estudo de revisão sistemática da literatura. *Contextos Clínicos*, 6(2), 144-156. doi: <https://doi.org/10.4013/ctc.2013.62.07>
- Padovani, A. S., & Ristum, M. (2013). A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade. *Educação e Pesquisa*, 39(4), 969-984. Epub 23 de julho de 2013. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022013005000012>
- Paiva, I. L., & Oliveira, I. F. (2015). Juventude, Violência e Políticas Sociais: da criminalização a efetivação dos direitos humanos. Em A. Scisleski & N. Guareschi (Editores). *Juventude, Marginalidade Social e Direitos Humanos: da Psicologia às Políticas Públicas* (pp. 41 – 54). Porto Alegre: EdiPUCRS.
- Roman, M. D., & Souza, M. P. R. de. (2014). Psicologia e direitos humanos: a adolescência em conflito com a lei em foco. Em *Adolescência em foco: contribuições para a psicologia e para a educação*. Maringá: EDUEM.
- Rosa, E. M., Júnior, H. R., Rangel, P. C. (2007). O Adolescente, a Lei e o Ato Infracional. Vitória: Edufes.
- Rossato, L., & Souza, T. M. C. (2014). Psicologia e adolescentes em conflito com a lei: reflexões a partir do estágio. *Revista da SPAGESP*, 15(1), 112-122.

Recuperado em 20 de setembro de 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702014000100009&lng=pt&tlng=pt.

Scisleski, A. C. C., Galeano, G.B., Silva, J. L., & Santos, S. N.. (2014). Medida Socioeducativa de Internação: dos Corpos Dóceis às Vidas Nuas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(3), 660-675. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001682013>

Scisleski, A. C. C., Bruno, B. S. , Galeano, G. B., Santos, S. N., Silva, J. L. C. (2015). Medida socioeducativa de internação: estratégia punitiva ou protetiva?. *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 505-515. doi: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p505>

Secretária dos Direitos Humanos/Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e dos Adolescentes. (2014). Em P. C. D. Paes, M. F. Adimari & R. P. da Costa. *Socioeducação e Intersetorialidade: Formação Continuada de Socioeducadores* (pp. 221-234). Mato Grosso do Sul: Editora UFMS. Recuperado de http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/ufms/UFMS.%20015.%20Caderno%206.%20Livro%20intersetorialidade%20-%20completo.pdf

APÊNDICE A – LISTAGEM COMPLETA DE DISSERTAÇÕES (2007-2016)

1. Franco, Raissa Neiva de Melo (2007). *Adolescente em conflito com a lei: uma abordagem sócio-jurídica dos poderes familiar e estatal à privação de liberdade*. 180 f. Mestrado em Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros. Biblioteca Depositária: Universidade Estadual de Montes Claros.
2. Mocelin, Márcia Regina (2007). *Políticas públicas e atos infracionais: educação nos centros de socioeducação infanto-juvenil no Paraná*. 146 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba. Biblioteca Depositária: Sydney Antônio Rangel Santos.
3. Vaz, Wesley Fernandes (2007). *O ensino de química para adolescentes em conflito com a lei: possibilidades e desafios*. 89 f. Mestrado em Química. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFG.
4. Boas, Mônica Nogueira dos Santos Vilas (2008). *Atuação profissional junto aos adolescentes em medida socioeducativa de internação: um estudo com psicólogos*. 130 f. Mestrado em Psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFES.
5. Barbosa, Flávia de Carvalho (2008). *Um Olhar sobre o Atendimento Sócio-educativo nas Medidas de Internação em Minas Gerais*. 179 f. Mestrado em Administração Pública. Instituição de Ensino: Fundação João Pinheiro (Escola de Governo). Belo Horizonte. Biblioteca Depositária: Biblioteca Professora Maria Helena de Andrade – FJP.
6. Silva, Ivani Ruela de Oliveira (2008). *O Projeto Educação e Cidadania e a Escolarização do Adolescente Autor de Ato Infracional*. 265 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro. Biblioteca Depositária: Unesp - Rio Claro.
7. Massaro, Camilla Marcondes (2008). *Entre o formal e o real: representações acerca do modelo disciplinar da Fundação Casa de Araraquara*. 197 f. Mestrado em Educação Escolar. Instituição de Ensino: Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara, Araraquara. Biblioteca Depositária: Faculdade de Ciências e Letras.
8. Rocha, Wollaces Cantbelruy da (2010). *Centro Sócio-Educativo ou Escola para o Crime? O processo educativo em uma unidade de internação de adolescentes em conflito com a lei*. 160 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Amazonas, MANAUS. Biblioteca Depositária: Biblioteca setorial.
9. Menicucci, Clarissa Gonçalves (2010). *Política de Atendimento a Adolescentes em Conflito com a Lei em Medida de Privação de Liberdade: o desafio de implementação do ECA em um contexto institucional composto por duas lógicas distintas, a coerção e a socialização*. 173 f. Mestrado em Administração Pública. Instituição de Ensino: Fundação João Pinheiro (Escola de Governo), Belo Horizonte. Biblioteca Depositária: Biblioteca Professora Maria Helena de Andrade – FJP.
10. Gonçalves, Andre da Costa (2010). *Adolescentes em Conflito com a Lei nas Instituições Socioeducativas do Rio de Janeiro: Identificação e Discurso*. 128 f. Mestrado em

- educação, cultura e comunicação. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Rede Sirius – UERJ.
11. Oliveira, Elisângela Sobreira de (2011). *Escolarização de adolescentes em conflito com a lei: um estudo em Rondônia*. 129 f. Mestrado em Psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. Biblioteca Depositária: Biblioteca Professor Roberto Duarte Pires.
 12. Feitosa, Juliana Biazze (2011). *A Internação do adolescente em conflito com a lei como "única alternativa": reedição do ideário higienista*. 245 f. Mestrado em Psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Maringá, Maringá. Biblioteca Depositária: BCE/UEM.
 13. Cian, Alexandra Carla (2011). *Dos direitos humanos aos direitos dos adolescentes em conflito com a lei: interpretações de socioeducadores*. 85 f. Mestrado em serviço social e política social. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Londrina, Londrina. Biblioteca Depositária: Universidade Estadual de Londrina.
 14. Peixoto, Roberto Bassan (2011). *A gestão de execução de medidas socioeducativas no estado do Paraná: uma política pública em construção*. 185 f. Mestrado em organizações e desenvolvimento. Instituição de Ensino: Centro Universitário Franciscano do Paraná, Curitiba. Biblioteca Depositária: FAE Centro Universitário Trabalho.
 15. Dávila, Cristine Gomes (2011). *Da situação irregular à proteção integral: a juventude em conflito com a lei em Campos dos Goytacazes*. 133 f. Mestrado em políticas sociais. Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacaze. Biblioteca Depositária: CCH.
 16. Hachem, Zakia Ismail (2012). *Entre muros: as expectativas e aspirações educacionais em torno de adolescentes em conflito com a lei cumprindo a medida socioeducativa de internação em minas gerais*. 117 f. Mestrado em Sociologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Ufmg, Biblioteca da FAFICH UFMG.
 17. Cossetin, Marcia (2012). *Socioeducação no estado do Paraná: Os sentidos de um enunciado necessário*. 190 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel. Biblioteca Depositária: UNIOESTE - Campus de Cascavel.
 18. Silva, Josiane Tomaz da (2012). *O sentido da Educação para adolescentes com conflito com a Lei*. 101 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFMT e Biblioteca Setorial do IE /UFMT.
 19. Moraes, Keyla Rejane Frutuoso de (2012). *Rede de apoio social das adolescentes em conflito com a lei*. 96 f. Mestrado em saúde coletiva Instituição de Ensino: Universidade de Fortaleza, Fortaleza. Biblioteca Depositária: Universidade de Fortaleza.
 20. Santos, Lenilda Pereira dos (2013). *Uma experiência com a pedagogia de projetos no ensino formal da fundação casa*. 114 f. Mestrado Profissional em adolescente em conflito com a lei. Instituição de Ensino: Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: UNIBAN MC.

21. Monteiro, Gilberto Jose (2013). *A produção acadêmica do mestrado profissional adolescente em conflito com a lei: construção de um novo campo de conhecimento – 2008-2012*. 124 f. Mestrado Profissional em adolescente em conflito com a lei. Instituição de Ensino: Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: UMC.
22. Linhares, Rodrigo Alves (2013). *Educação musical e medidas socioeducativas de privação da liberdade: A trajetória do Projeto Guri e seus fundamentos metodológicos*. 136 f. Mestrado Profissional em adolescente em conflito com a lei. Instituição de Ensino: Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: UMC.
23. Silva, Amanda Maximo (2013). *Adolescente em conflito com a lei e capacitação para o trabalho em unidades de internação: uma análise a partir dos relatórios do conselho nacional de justiça*. 86 f. Mestrado Profissional em adolescente em conflito com a lei. Instituição de Ensino: Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: UNIBAN MC.
24. Pereira, Marcelo Mariano(2013). *Apontamentos sobre a dignidade da pessoa humana, o adolescente em conflito com a lei e o sistema de justiça juvenil*. 95 f. Mestrado Profissional em adolescente em conflito com a lei. Instituição de Ensino: Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: UMC.
25. Silva, Jorge Luiz da (2013). *A regulação da conduta delituosa pela escola: um estudo comparativo entre adolescentes judicializados e não-judicializados no contexto brasileiro*. 130 f. Mestrado em Psicologia. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo/ Ribeirão Preto, Ribeirão Preto. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Campus de Ribeirão Preto.
26. Pereira, Getulio (2013). *As políticas públicas e o atendimento ao adolescente em conflito com a lei nos municípios de Porto União-SC e União da Vitória-PR*. 80 f. Mestrado em desenvolvimento regional. Instituição de Ensino: Universidade do Contestado, Canoinhas. Biblioteca Depositária: Modesto Zaniolo – unc.
27. Gomes, Geisa Rodrigues (2013). *Práticas de socioeducação à luz da justiça restaurativa: potencialização de mudanças?*. 136 f. Mestrado em psicologia (psicologia social). Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: PUC/SP.
28. Souza, Michele Morgana da Silva (2013). *Adolescente em conflito com a lei: rompendo com a trajetória de infração*. 128 f. Mestrado em Psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Biblioteca Depositária: Biblioteca da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.
29. Nascimento, Vania Terra do (2013). *O adolescente em conflito com a lei: um olhar acerca da fundação de atendimento socioeducativo – FASE, de Porto Alegre*. 163 f. Mestrado em ciências criminais. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: PUCRS.
30. Rocha, Wania Lima da (2013). *Música em espaço de privação de liberdade: a música afro-brasileira em unidade feminina de atendimento ao adolescente em conflito com a lei*. 121 f. Mestrado em música. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Biblioteca Alberto Nepomuceno.

31. Gandra, Sefora Marques (2013). *Para além de vigiar e punir: (re)ssocializar. Uma análise sobre a influência que exerce a percepção do implementador sobre a execução da medida de privação de liberdade*. Mestrado em administração pública. Instituição de Ensino: Fundação João Pinheiro (Escola de Governo), Belo Horizonte.
32. Cunha, Liziane Giacomelli Henriques da (2013). *A socioeducação e a produção de conhecimentos na área do Serviço Social: entre a renovação e o conservadorismo*. 185 f. Mestrado em serviço social. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre Biblioteca Depositária: PUCRS.
33. Domingos, Rosângela da Silva (2014). *Pensando e praticando o esporte na medida socioeducativa: orientações para profissionais de educação física*. 153 f. Mestrado Profissional em adolescente em conflito com a lei. Instituição de Ensino: Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: UNIBAN MC.
34. Alberto, Claudiney Procopio dos Santos (2014). *A equipe psicossocial no sistema socioeducativo - um estudo sobre a relação da psicologia e do serviço social no cuidado oferecido aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação*. 89 f. Mestrado Profissional em adolescente em conflito com a lei. Instituição de Ensino: Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: UMC.
35. Silva, Zenaide Aparecida da (2014). *Aspectos jurídicos da participação da família na execução das medidas socioeducativas*. 96 f. Mestrado Profissional em adolescente em conflito com a lei. Instituição de Ensino: Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: UMC.
36. Melo, Lucilene de Sousa (2014). *A Educação Profissional na Perspectiva do Adolescente em Conflito com a Lei*. 88 f. Mestrado em educação agrícola. Instituição de Ensino: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. Biblioteca Depositária: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
37. Leite, Orlana Rachel Lisboa (2014). *Avaliação do atendimento socioeducativo prestado às adolescentes do centro educacional Aldaci Barbosa Mota*. 157 f. Mestrado Profissional em avaliação de políticas públicas. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Biblioteca Depositária: centro de humanidade.
38. Costa, Ricardo Peres da (2014). *Estudo sobre as funções do educador social no sistema socioeducativo do Paraná*. 156 f. Mestrado em serviço social e política social. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Londrina, Londrina. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UEL.
39. Silva, Fernanda Roberta Lemos (2014). *O trabalho do arte-educador de teatro na Fundação Casa*. Mestrado em educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
40. Lima, Juliana Vinuto (2014). *Entre o "Recuperável" e o "Estruturado": classificações dos funcionários de medida socioeducativa de internação acerca do adolescente em conflito com a lei*. 187 f. Mestrado em sociologia. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca Florestan Fernandes.
41. Silva, Amanda Santos (2014). *De Menor Infrator ao Adolescente em Conflito com a Lei: um estudo sobre o sistema socioeducativo*. 120 f. Mestrado em ciências sociais.

- Instituição de Ensino: Universidade Federal da Bahia, Salvador. Biblioteca Depositária: Isaias Alves – FFCH.
42. Borges, KEILLA Ellen (2014). *A medida socioeducativa de internação: tensão entre o caráter educativo e o punitivo*. 150 f. Mestrado em direito. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo Biblioteca. Depositária: PUC-SP.
 43. Almeida, Fabiana Neiva (2014). *Efeitos da medida socioeducativa sobre adolescentes em conflito com a lei no contexto da coordenação de apoio à família e ao egresso na cidade de Salvador –Bahia*. 324 f. Mestrado em família na sociedade contemporânea. Instituição de Ensino: Universidade Católica do Salvador, Salvador. Biblioteca Depositária: Biblioteca da Federação.
 44. Salatine, Anihelen Cristine Goncalves Cordeiro Prado (2014). *O jovem egresso do sistema socioeducativo e seu acesso a políticas sociais: como prossegue a história*. 131 f. Mestrado em serviço social. Instituição de Ensino: Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca, Franca Biblioteca Depositária: FCHS - UNESP – Franca.
 45. Moura, Lilian de (2015). *Medida socioeducativa de internação aplicada por descumprimento de outras medidas (art. 122, iii, do eca): bases para a construção de programas e práticas*. 94 f. Mestrado Profissional em adolescente em conflito com a lei. Instituição de Ensino: Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: Anhanguera Pirituba .
 46. Machado, Anita da Costa Pereira (2015). *Os cursos de qualificação profissional básica de uma oscip na fundação casa: modos de educar por meio e entre instituições*. 32 f. Mestrado em psicologia escolar e do desenvolvimento humano. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: Biblioteca Dante Moreira Leite, Instituto de Psicologia.
 47. Alves, Juliano Claudio (2015). *O olhar dos agentes socioeducativos sobre as ações pedagógicas e os adolescentes da unidade de internação de Cáceres/MT*. 119 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central de UNEMAT - Campus Cáceres.
 48. Sereno, Graziela Contessoto (2015). *Agente Socioeducativo: possibilidades e impossibilidades de atuação e formação no território socioeducativo*. 126 f. Mestrado em psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: CFCH.
 49. Cividanes, Natalia Lobo Oliveira (2015). *O adolescente em conflito com a lei: que acesso tem ele às políticas públicas? Um recorte na cidade de São Paulo*. 124 f. Mestrado em serviço social. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: PUCSP.
 50. Silva, Edson Mendes da (2015). *O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e os Desafios nas Unidades de Internação no Distrito Federal*. Mestrado em sociologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
 51. Oliveira, Debora Fernanda Joselino de (2016). *Adolescente em privação de liberdade, capacitação para o trabalho: desafios para a inserção laboral*. 78 f. Mestrado Profissional em adolescente em conflito com a lei. Instituição de Ensino: Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: Anhanguera Pirituba.

52. Silva, Maria Penha da (2016). *A maternidade na medida socioeducativa de privação de liberdade: práticas, sentidos e afetos*. 74 f. Mestrado Profissional em adolescente em conflito com a lei. Instituição de Ensino: Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: Anhanguera Pirituba.
53. Guarnieri, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo (2016). *O trabalho das psicólogas na Fundação Casa: trajetórias e desafios*. Mestrado em psicologia (psicologia social). Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: PUC/SP.
54. Ikuma, Daniel Massayuki (2007). *Privação de liberdade: representações sociais de atos infracionais por adolescentes em conflito com a lei*. 177 f. Mestrado em psicologia. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo/ Ribeirão Preto, Ribeirão Preto. Biblioteca Depositária: USP-RP.
55. Azambuja, Grace Farias (2007). *Adolescentes em Conflito com a Lei e as Medidas Sócio-Educativas: uma experiência no município de Itajaí-SC*. 151 f. Mestrado em educação. Instituição de Ensino: Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Comunitária da UNIVALI.
56. Worm, Naima (2007). *Adolescentes infratores: Estudo acerca da medida sócio-educativa de internação nas Unidades do Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente – CASA como defesa da Cidadania*. 175 f. Mestrado em direito político e econômico. Instituição de Ensino: Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. Biblioteca Depositária: George Alexander.
57. Oliveira, Elena Maria Duarte de (2008). *Por uma Arquitetura Sócio-Educativa para Adolescentes em Conflito com a Lei: Uma Abordagem Simbólica da Relação Pessoa-Ambiente*. 149 f. Mestrado em arquitetura e urbanismo. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Biblioteca Depositária: BU/UFSC.
58. Cruz, Maria Valdenice Sousa da (2008). *Professores que atuam junto a adolescentes em conflito com a lei: sentidos e significados construídos sobre seus alunos e sobre sua prática*. 139 f. Mestrado em educação (psicologia da educação). Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: PUC/SP.
59. Basseto, Adriana Dias (2009). *Adolescentes em conflito com a lei: o discurso dos operadores sociais sobre a efetividade das medidas sócio-educativas*. 78 f. Mestrado em saúde coletiva. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: CBC Trabalho anterior à Plataforma Sucupira.
60. Baldissera, Maria Janete Soligo (2009). *“Eu, a Casa e a Escola” : narrativas de adolescentes em conflito com a lei acerca de si, da Casa Abrigo e da escola*. 132 f. Mestrado em educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: setorial da educação.
61. Vale, Juliana Maria Batistuta Teixeira (2009). *O cárcere na adolescência: ressonâncias de uma trajetória*. 302 f. Mestrado em psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Biblioteca Depositária: Biblioteca da UFU.
62. Toledo, Bruno Alves de Souza (2010). *Alargando as margens: um estudo sobre processos de resiliência em adolescentes em conflito com a lei*. 142 f. Mestrado em

- política social Instituição de Ensino: Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Biblioteca Depositária: UFES.
63. Calixto, Carmen de Fátima Ferreira Marinho (2010). *A arte-educação como meio para formação estética do adolescente em cumprimento de medida sócio-educativa*. 146 f. Mestrado em educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do IE e Biblioteca Central da UFMT.
64. Dassi, Tatiana (2010). “*É, vida loka irmão*”: *moralidades entre jovens cumprindo medidas socioeducativas*. 174 f. Mestrado em antropologia social. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária.
65. Machado, Isadora Vier (2010). *Adolescentes Institucionalizadas: um estudo sobre proteção integral e gênero no Centro de Socioeducação da região de Ponta Grossa-PR*. 192 f. Mestrado em direito. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, FLORIANÓPOLIS. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFSC.
66. Volcov, Katerina (2011). *As Representações Sociais da Prática de Yoga junto aos Adolescentes Internos e Funcionários da Fundação Casa*. 190 f. Mestrado em educação e saúde na infância e adolescência. Instituição de Ensino: Universidade Federal de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: Biblioteca da EFLCH - UNIFESP - Campus Guarulhos.
67. Lucena, Jose Estacio de. (2011). 133 f. Mestrado em psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Biblioteca Depositária: Universidade Federal de Pernambuco.
68. Prado, Brenda Franco Monteiro (2012). *Olhares de adolescentes em conflito com a lei para a escola: significados da experiência escolar em contexto de privação de liberdade*. 235 f. Mestrado em educação Instituição de Ensino: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação.
69. Dornelles, Roberto Anderson (2012). *Formação humana ou adaptação à lógica do capital? um estudo sobre os processos de educação de adolescentes privados de liberdade na FASE-RS*. 203 f. Mestrado em educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial de Educação.
70. Marinho, Fernanda Campos (2013). *Jovens egressos do Sistema Socioeducativo: Desafios à Ressocialização*. 149 f. Mestrado em psicologia social, do trabalho e das organizações (PSTO). Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília. Biblioteca Depositária: BCE.
71. Oliveira, Marilaine Queiroz de (2013). *Sistema nacional de atendimento socioeducativo: os múltiplos olhares acerca de sua implementação no Amazonas*. 204 f. Mestrado em serviço social. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Amazonas, Manaus Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFAM.
72. Santana, Aline Neves Vieira de (2013). *Contribuições do ensino de ciências no centro de atendimento socioeducativo de Goiânia*. Mestrado em educação em ciências e matemática. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

73. Araújo, Sara Martins de (2013). *Criminalização da pobreza no capitalismo contemporâneo: um estudo sobre a política socioeducativa para adolescentes em conflito com a lei no Brasil*. 138 f. Mestrado em serviço social Instituição de Ensino: universidade federal do rio de janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: CFCH – UFRJ.
74. Andrade, Wellington Marques (2013). *Identidade e discurso: interpretação textual em ambiente tradicional e virtual arcaico por alunos internos*. Mestrado em letras. Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas. Biblioteca Depositária: Biblioteca UFMS Campus de Três Lagoas.
75. Araujo, Josilene Santos de (2014). *A compreensão de diferentes atores sociais acerca das medidas socioeducativas*. 110 f. Mestrado em Psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Alagoas, Maceió. Biblioteca Depositária: Universidade Federal de Alagoas.
76. Neves, Natalia de Souza (2014). *Diálogos entre a justiça restaurativa e o direito socioeducativo brasileiro no tratamento de adolescentes em conflito com a lei*. Mestrado em direito. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
77. Maas, Gilberto Natal (2014). *Direitos humanos e inclusão social de adolescentes em conflito com a lei: Estudo de Caso na Região Noroeste do Estado do RS*. 113 f. Mestrado em Direitos Humanos Instituição de Ensino: Univ. Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do SUL, Ijuí. Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária Mario Osorio Marques .
78. Santos, Giovanna Marielly da Silva (2014). *Adolescentes internados no centro socioeducativo de Cuiabá: em questão, trajetórias de vida, política educacional e trabalho*. 145 f. Mestrado em educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do Instituto de Educação e Biblioteca Central / IE / UFMT.
79. Silva, Luciana Ferreira (2014). *Crime, ostentação e afetividade: um estudo psicossocial sobre o adolescente em conflito com a Lei*. 127 f. Mestrado em psicologia (psicologia social). Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: PUC/SP.
80. Cardozo, Gloria Christina de Souza (2015). *Privado, político e público: condicionantes e contradições nas práticas do sistema nacional de atendimento socioeducativo*. 169 f. Mestrado em educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Maringá, Maringá. Biblioteca Depositária: BCE - Biblioteca Central da UEM.
81. Schuler, Fernanda Rangel (2015). *Entre o proposto e o executado: uma análise da execução do plano de reordenamento do sistema socioeducativo do estado de Pernambuco nas unidades de internação da FUNASE/PE nos anos de 2012 a 2014*. Mestrado em Direitos Humanos. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
82. Silva, Keith Shelley Dantas (2015). *Políticas socioeducativas e a teoria do etiquetamento: ressocialização de adolescentes em conflito com a lei*. 92 f. Mestrado em desenvolvimento social. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Montes

- Claros, Montes Claros. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Professor Antônio Jorge.
83. Lopes, Maria da Penha Tamburu Ivanchuk (2015). *Desafios da inclusão de adolescentes em conflito com a Lei nas escolas de São Paulo: um estudo sobre a perspectiva dos técnicos do campo socioeducativo*. 132 f. Mestrado Profissional em adolescente em conflito com a lei. Instituição de Ensino: Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: Pirituba .
 84. Pascutti, Catia Moreira (2015). *Estudo das abordagens sobre o sistema nacional de atendimento socioeducativo (sinase) e a ressocialização em dissertações da Universidade Federal de Goiás (UFG) e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) - 2010 a 2015*. 95 f. Mestrado em serviço social. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da PUC Goiás.
 85. Ferrao, Iara da Silva (2015). *Fatores de risco e proteção e justiça restaurativa: a percepção de socioeducadores*. Mestrado em Psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
 86. Costa, Vinicius Sampaio da (2015). *Educação escolar ofertada aos adolescentes apreendidos no centro de internação do adolescente (CIA) em Teófilo Otoni – 2014*. 123 f. Mestrado Profissional em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha E Mucuri, Diamantina.
 87. Barros, Aline Menezes de (2015). *Escolarização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação: estudo bibliográfico*. 186 f. Mestrado em educação. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: REDE SIRIUS.
 88. Medeiros, Fernanda Cavalcanti de (2015). *A inserção da família no processo socioeducativo de adolescentes em privação de liberdade*. 197 f. Mestrado em psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Zila Mamede.
 89. Silva, Vinicius Mauat da (2016). *Mortalidade dos egressos da FASE-RS: 2002-2012*. Mestrado em Saúde da Criança e do Adolescente Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
 90. Ribeiro, Paulo Fernando Lopes (2016). *De menor a adolescente: o papel da escola na política socioeducativa do Rio de Janeiro*. 186 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: UNIRIO.
 91. Nogueira, Thais de Souza (2016). *A relação entre esporte, cultura, lazer e a medida socioeducativa de internação no centro socioeducativo feminino – CESEF/PARÁ, DE 2006 A 2014*. Mestrado em psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Pará, Belém.
 92. Sposito, Livia Silva (2011). *Processos educativos em uma instituição total de privação de liberdade: possibilidades e limitações do cumprimento do ECA*. 151 f. Mestrado em educação. Instituição de Ensino: Universidade de Uberaba, Uberaba. Biblioteca Depositária: biblioteca central Universidade de Uberaba campus aeroporto.

93. Bretan, Maria Emillia Accioli Nobre (2008). *Os múltiplos olhares sobre o adolescente e o ato infracional: análises e reflexões sobre teses e dissertações da USP e da PUC/SP (1990-2006)*. 223 f. Mestrado em direito. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: FDUSP.
94. Netto, Thereza de Lamarefanco (2008). *Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos de Adolescentes Privados de Liberdade: A experiência do CAJE-DF*. 93 f. Mestrado em política social. Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília. Biblioteca Depositária: BCE.
95. Belloni, Fabio (2010). *Mais um capítulo da construção moral da "delinquência": o adolescente autor de ato infracional entre o discurso médico e o discurso socioeducativo*. 118 f. Mestrado em psicologia (psicologia social). Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: PUC-SP.
96. Lima, Joao de Deus Alves de (2013). *Execução das medidas socioeducativas de internação: uma análise do CAJE – DF*. 142 f. Mestrado em direitos humanos, cidadania e violência. Instituição de Ensino: Centro Universitário Euro-americano, Brasília. Biblioteca Depositária: Unieuro Asa Sul.
97. Silva, Otoniel Rodrigues (2014). *A banalização das práticas pedagógicas: notas sobre uma pedagogia de exceção em um centro de internação de adolescentes Tubarão – Santa Catarina 2014*. 120 f. Mestrado em educação. Instituição de Ensino: Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão. Biblioteca Depositária: BU UNIVERSITARIA.
98. Yokomiso, Celso Takashi (2007). *Violência e descontinuidade psíquica: um estudo sobre a Fundação Casa*. 266 f. Mestrado em psicologia social. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: IPUSP.
99. Noronha, Isabelle de L. Alencar (2008). *As práticas educativas da Fundação Casa Grande - Memorial do homem karirii: Cotidiano, saberes e fazeres*. 200 f. Mestrado em educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa, João Pessoa. Biblioteca Depositária: Biblioteca do CE/Biblioteca da UFPB.
100. Yamamoto, Karina Ribeiro (2009). *Riso e temor: trajetórias teatrais no internato Pirituba - Fundação Casa*. 172 f. Mestrado em artes cênicas. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: ECA/USP.
101. Ohya, Milka Sayuri Nakayama (2009). *Caminhos e possibilidades da prática profissional na Fundação CASA: resistência e superação*. 115 f. Mestrado em serviço social. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: PUC/SP.
102. Teixeira, Joana D'arc (2009). *O Sistema Socio-Educativo de internação para jovens autores de ato infracional do Estado de São Paulo*. 175 f. Mestrado em educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - bco/ufscar.
103. Coraucci, Aline Patricia (2009). *Atrás das muralhas: representações sociais da medida socioeducativa de internação por adolescentes privados de liberdade*. 151 f. Mestrado em psicologia. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo/ Ribeirão Preto, Ribeirão Preto. Biblioteca Depositária: Ribeirão Preto.

104. Oliveira, Andrea dos Santos (2010). *A Fundação CASA e o trabalho educativo*. 121 f. *Mestrado em educação*. Instituição de Ensino: Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: Prof. Lúcio de Souza.
105. Cintra, Tatiane Patrícia (2010). *O trabalho profissional do Assistente Social na Fundação Casa de Ribeirão Preto*. 251 f. *Mestrado em serviço social*. Instituição de Ensino: Universidade est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca, Franca. Biblioteca Depositária: Unesp – Franca.
106. Futata, Flavia Pimentel Lopes (2010). *O Imaginário da Passagem: imagens e símbolos no encontro com adolescentes em privação de liberdade na Fundação CASA*. *Mestrado em educação*. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: FEUSP.
107. Lima, Caue Nogueira de (2010). *O fim da era FEBEM: novas perspectivas para o atendimento socioeducativo no estado de São Paulo*. *Mestrado em educação*. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo. Biblioteca Depositária: FEUSP.
108. Almeida, Bruna Gisi Martins de (2010). *A experiência da internação entre adolescentes: práticas punitivas e rotinas institucionais*. 177 f. *Mestrado em sociologia*. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: FFLCH-USP.
109. Iversen, Celso Fernando (2011). *A política socioeducativa para adolescentes em medida de privação de liberdade e a práxis docente*. 150 f. *Mestrado em educação*. Instituição de Ensino: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana. Biblioteca Depositária: Centro universitário Salesiano de São Paulo – Americana.
110. Bassi, Silvana (2011). *Sexualidade feminina em privação de liberdade: construindo relações sociais mais autênticas*. 94 f. *Mestrado em serviço social*. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: Biblioteca da PUC/SP.
111. Júnior, Reinaldo Vicente da Costa (2012). *Tá em casa ou na escola? Uma leitura da prática escolar em unidade de internação socioeducativa da cidade de São Paulo*. 181 f. *Mestrado em educação*. Instituição de Ensino: Universidade Nove de Julho, São Paulo. Biblioteca Depositária: Prof. José Storópoli.
112. Conceição, Willan Lazaretti da (2012). *Lazer e adolescentes em privação de liberdade : um diálogo possível?*. 145 f. *Mestrado em educação*. Instituição de Ensino: Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - bco/ufscar.
113. Moreira, Fábio Mallart (2012). *Cadeias dominadas: dinâmicas de uma instituição em trajetórias de jovens internos*. 186 f. *Mestrado em ciência social (antropologia social)*. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: FFLCH.
114. Pavezi, Carlos Antonio (2013). *Tá em casa! E agora? Noções dos ex-internos da Fundação CASA sobre escola e família*. 146 f. *Mestrado em educação*. Instituição de Ensino: Universidade Nove de Julho, São Paulo. Biblioteca Depositária: Prof. José Storópoli.

115. Marzochi, Andrea Souza (2014). *História de vida dos jovens da fundação casa: o lugar da escola nessas vidas*. Mestrado em educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
116. Silva, Andre Amancio da (2014). *Jovens em cumprimento de medida socioeducativa: o olhar das produções acadêmicas*. 105 f. Mestrado em educação e saúde na infância e adolescência. Instituição de Ensino: Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Unifesp.
117. Souza, Anderson Soares de (2015). *Atribuições profissionais de pedagogos da Fundação Casa/SP: entre o prescrito e as práticas cotidianas*. 179 f. Mestrado em educação. Instituição de Ensino: Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: Prof. Lúcio de Souza.
118. Sanches, Jessica (2016). *O retorno para a escola da comunidade dos adolescentes que cumpriram medida socioeducativa em meio fechado*. 100 f. Mestrado em serviço social. Instituição de Ensino: universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca, Franca. Biblioteca Depositária: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP – FRANCA.
119. Oliveira, Fabiana Nascimento de (2007). *Justiça restaurativa no sistema de justiça da infância e juventude: um diálogo baseado em valores*. 153 f. Mestrado em serviço social. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: Central da PUC.
120. Schmidt, Fabiana (2007). *Adolescentes privados de liberdade: a dialética direitos conquistados e violados*. 100 f. Mestrado em serviço social. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: Central da PUCRS.
121. Ramos, Malena Bello (2007). *Meninas privadas de liberdade: a construção social da vulnerabilidade penal de gênero*. 114 f. Mestrado em serviço social. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: Central da PUCRS.
122. Gonçalves, Girlene Matos Pereira (2007). *A Medida Sócio-Educativa Estabelecida pelo ECA: Um estudo de caso sobre duas expressões contraditória*. 192 f. Mestrado em educação e contemporaneidade. Instituição de Ensino: Universidade do Estado da Bahia, Salvador. Biblioteca Depositária: Biblioteca Luiz Henrique Dias Tavares.
123. Capitaó, Lucia Cristina Delgado (2008). *Sócio-educação em xeque: interfaces entre justiça restaurativa e democratização do atendimento a adolescentes privados de liberdade*. 210 f. Mestrado em serviço social. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: Central da PUCRS.
124. Segalin, Andréia (2008). *Respostas sócio-políticas ao conflito com a lei na adolescência: Discursos dos Operadores do Sistema Socioeducativo*. 276 f. Mestrado em serviço social. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária.
125. Seidel, Carolina Cunha (2009). *A constituição do sujeito em contextos de privação de liberdade*. 156 f. Mestrado em educação escolar. Instituição de Ensino: Universidade

- Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara, Araraquara. Biblioteca Depositária: UNESP.
126. Bezerra, Newton de Moura (2010). *O sinase: estrutura e rotinas do complexo de defesa da cidadania em picos-piauí na aplicação das medidas socioeducativas*. 150 f. Mestrado em serviço social. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pernambuco, RECIFE. Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPE.
127. Canetti, Ana Lúcia (2010). *Jovens encarcerados e os sentidos de suas experiências criadoras*. 160 f. Mestrado em psicologia. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central.
128. Oliveira, Julia Galiza de (2010). *A concepção socioeducativa em questão: entre o marco legal e limites estruturais à concretização de direitos do adolescente*. 114 f. Mestrado em política social. Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília. Biblioteca Depositária: BCE.
129. Carvalho, Natalia Hernandez (2011). *As condições institucionais de cumprimento das medidas socioeducativas aos adolescentes autores de infração*. 129 f. Mestrado em psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Assis, Assis. Biblioteca Depositária: FCL/Assis.
130. Souza, Luana Alves de (2011). *Da liberdade à privação: a significação de medidas socioeducativas para adolescentes e familiares*. 132 f. Mestrado em psicologia clínica e cultura. Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília. Biblioteca Depositária: Unb.
131. Ongaro, Viviane (2011). *Rádio Escola como prática de uma educação libertadora: estudo de caso no centro de socioeducação de Curitiba*. 161 f. Mestrado em educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Biblioteca Depositária: Biblioteca do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes.
132. Santos, Janaina Henrique dos (2011). *Entre desvios e normas: infração juvenil feminina na cidade de Natal – RN*. 120 f. Mestrado em ciências sociais. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Biblioteca Depositária: BCZM e Setorial do CCHLA-UFRN.
133. Figueiredo, Valéria Caixeta (2011). *Sistema Socioeducativo: uma falácia?*. 151 f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: Universidade Federal Fluminense, Niterói. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Campus do Gragoatá.
134. Lobo, Valeria de Jesus (2011). *Considerações dos atores do sistema de garantia de direitos sobre o processo de execução da medida socioeducativa de privação de liberdade*. 101 f. Mestrado em psicologia. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Dom Fernando Gomes dos Santos.
135. Nascimento, Elton Carlos do (2012). *Cantos e Batuques: o samba na educação de jovens privados de liberdade*. 188 f. Mestrado em educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Bahia, Salvador. Biblioteca Depositária: Biblioteca Anísio Teixeira-FACED.
136. Silva, Wladimyr Lima (2012). *Política de atendimento educacional a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação em Teresina-PI*. 144 f.

- Mestrado em educação. Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina. Biblioteca Depositária: Jornalista Carlos Castelo Branco.
137. Pedron, Luciana da Silva (2012). *Entre o coercitivo e o educativo: uma análise da responsabilização socioeducativa na internação de jovens em conflito com a lei*. 110 f. Mestrado em educação. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE. Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação.
138. Sousa, Marlene Feitosa de (2012). *Representações sociais de adolescentes: ato infracional e projeto de vida*. 214 f. Mestrado em educação. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BELÉM. Biblioteca Depositária: Prof^a Elcy Rodrigues Lacerda – ICED/UFPA.
139. Borges, Maria Aparecida Barbosa (2012). *As implicações socioeconômicas, históricas e jurídicas na vulnerabilização das famílias dos adolescentes autores de ato infracional - Goiânia - 2009 e 2010*. 221 f. Mestrado em serviço social. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Biblioteca Depositária: sistemas de bibliotecas da Puc Goiás.
140. Batista, Ruth (2012). *Encontros-narrativas na cidade-internação: vidas contadas por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa*. 141 f. Mestrado em psicologia institucional. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Biblioteca Depositária: Central da ufes.
141. Ketelhut, Marcos Rogério Chiesa (2012). *Ressocialização: Depoimentos de professores e mães de adolescentes da Fundação CASA*. 117 f. Mestrado em educação, arte e história da cultura. Instituição de Ensino: Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. Biblioteca Depositária: Biblioteca George Alexsander.
142. Fernandes, Regina Schneider Maciel (2012). *Processos de proteção segundo jovens das cidades Além-Rio*. 120 f. Mestrado em psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Amazonas, MANAUS. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central.
- 143.190. Padovani, Andrea Sandoval. *Vozes aprisionadas: sentidos e significados da internação para adolescentes autores de ato infracional (2013)*. 201 f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: Universidade Federal da Bahia, Salvador. Biblioteca Depositária: BC e FFCH/UFBA.
144. Ferreira, Karen Danielle Magri (2013). *Polícia e assistência social versus educação: as políticas para menores*. 151 f. Mestrado em educação: história, política, sociedade. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: PUC-SP.
145. Ochulacki, Roberta Brenner (2013). *A Juridicização da Proteção da Infância e da Juventude no Brasil: Uma análise da (in)eficácia da aplicação das medidas socioeducativas no Estado do Rio Grande do Sul*. 102 f. Mestrado em direito. Instituição de Ensino: Univ. Regional Integrada do Alto Uruguai e das missões, Santo Ângelo. Biblioteca Depositária: uri.
146. Adami, Andreza (2013). *Perfil e prática do agente de segurança socioeducativa: recomendações para a subsecretaria de atendimento às medidas socioeducativas de Minas Gerais*. 161 f. Mestrado Profissional em gestão e políticas públicas. Instituição

- de Ensino: Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: Karl A Boedecker.
147. Arruda, Erica Maia Campelo (2013). *A politica publica de Atendimento Socioeducativo: o caso do Distrito Federal*. 201 f. Mestrado em direito. Instituição de Ensino: Centro Universitário de Brasília, Brasília Biblioteca Depositária: João Herculino de Souza Lopes.
148. Giordano, Tatiana Molero (2013). *O corpo e a casa: etnografias de jovens infratores no contexto socioeducativo*. 250 f. Mestrado em artes. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Cesar Lattes e Biblioteca do Instituto de Artes da Unicamp.
149. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (2013). *Privação de liberdade e a criminalização de adolescentes: um estudo sobre o centro de socioeducação de Ponta Grossa – PR*. 212 f. Mestrado em ciências sociais aplicadas. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA.
150. Arruda, Andre Benassuly (2013). *Medida Socioeducativa de privação de liberdade em uma unidade de internação em Belém/PA*. 155 f. Mestrado em psicologia. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém. Biblioteca Depositária: IFCH .
151. Santos, Helisama Andreza dos (2013). *Rede de atendimento socioeducativo: possibilidades e limites da garantia de direitos*. 177 f. Mestrado em serviço social. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal. Biblioteca Depositária: Central Zila Mamede.
152. Carriel, Paola Caroline (2014). *"Aqui é cada um por si e todos por todos": jovens e a experiência de privação de liberdade*. 146 f. Mestrado em sociologia. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba. Biblioteca Depositária: Universidade Federal do Parana.
153. Silveira, Marilene Goncalves (2014). *A atuação do assistente social com o adolescente privado de liberdade: espaço sociojurídico e sua interface com a política de assistência social – Goiânia, de 2011 a maio de 2014*. 181 f. Mestrado em serviço social. Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, Goiânia. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da PUC Goiás.
154. Penha, Leticia Montes (2015). *As representações do psicólogo na socioeducação: o saber ingênuo de adolescentes em internação provisória e em cumprimento de medidas socioeducativas no DEGASE*. 103 f. Mestrado em Psicologia Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, Seropédica. Biblioteca Depositária: UFRRJ.
155. Claudio, Gislaine Cardoso (2015). *O ensino de ciências no contexto da medida socioeducativa de internação*. 71 f. Mestrado Profissional em ensino de ciências. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília. Biblioteca Depositária: biblioteca central da universidade de Brasília.
156. Fernandes, Daniela Aparecida Araujo (2015). *O acompanhamento socioeducativo dos adolescentes e seus processos de subjetivação*. 111 f. Mestrado em psicologia. Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte. Biblioteca Depositária: Biblioteca Pe. Alberto Antoniazzi.

157. Silva, Valdeir (2015). *Medidas socioeducativas: doutrina da proteção integral x modos de trabalho das unidades educacionais de internação*. 57 f. Mestrado em psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. Biblioteca Depositária: Pe. Félix Zavattaro.
158. Jesus, Evandro Luis Santos de (2015). *A política de proteção especial e a utilização do fundo dos direitos da criança e do adolescente: abordagem analítica*. 164 f. Mestrado em políticas sociais e cidadania. Instituição de Ensino: Universidade Católica do Salvador, Salvador. Biblioteca Depositária: Campus Federação.
159. Goulart, Ana Paula Silva (2015). *Na medida do possível: a execução da Medida Socioeducativa de Internação na perspectiva do trabalho da equipe técnica. Belo Horizonte 2015*. 135 f. Mestrado em psicologia. Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte; Biblioteca Depositária: Biblioteca Pe. Alberto Antoniazzi.
160. Vitoriano, Cristiane Mendonca Pereira (2015). *“Aqui na escola é assim” : explorando o contexto socioeducativo*. 205 f. Mestrado em Estudos da linguagem Instituição de Ensino: Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: biblioteca central da Puc-Rio.
161. Coelho, Daniela lemos Pantoja (2015). *As Adolescentes e a Medida Socioeducativa de Internação: Rompendo o Silêncio*. 176 f. Mestrado em processos de desenvolvimento humano e saúde. Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília. Biblioteca Depositária: BCE-UNB.
162. Moraes, Maria Jose Santa Maria (2016). *Adolescentes infratores: reincidência e vitimização por homicídio*. 43 f. Mestrado Profissional em segurança publica. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Pará, Belém. Biblioteca Depositária: Biblioteca do PPGSP.
163. Nogueira, Lorraine Queiroz (2016). *Os desafios dos profissionais envolvidos no procedimento de apuração do ato infracional*. 101 f. mestrado em direito. Instituição de Ensino: Universidade Católica de Petropolis, Petrópolis. Biblioteca Depositária: UCP.
164. Souza, Luciano Aparecido de (2016). *Criminalidade juvenil: significados e sentidos para “reincidentes” em medidas socioeducativas de internação no estado do Paraná* . 251 f. Mestrado Profissional em Planejamento e Governança Pública Instituição de Ensino: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba. Biblioteca Depositária: Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (RIUT).
165. Cunha, Raphael Leone Santos (2016). *O menor infrator, a questão da maioridade penal e as medidas socioeducativas em prática no Brasil e no Amazonas*. 117 f. Mestrado em sociologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Amazonas, Manaus Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA - SETORIAL – ICHL.
166. Peixoto, Irna Clea de Souza (2016). *Trocando os pés: caminhos e descaminhos dos significantes da ressocialização entre os profissionais da justiça aplicadores das medidas socioeducativas no estado do Pará*. 117 f. Mestrado em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. Instituição de Ensino: Centro Universitário do Estado do Pará, Belém. Biblioteca Depositária: cesupa.
167. Ramos, Hebe Pires (2016). *Acesso à justiça e princípio da efetividade por meio do modelo da justiça restaurativa: em busca da restauração do tecido social na aplicação*

- de medidas socioeducativas*. 140 f. Mestrado em Direitos Humanos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPE.
168. Nascimento, Caio Cesar Silva (2016). *De menor infrator a socioeducando: perspectivas históricas da formação para o trabalho de adolescentes em conflito em a lei*. Mestrado em educação tecnológica. Instituição de Ensino: Centro Federal de Educação Tecn. de Minas Gerais, Belo Horizonte. Biblioteca Depositária: Biblioteca Campus II.
169. Zdradk, Rosa Maria (2016). *A reincidência no centro de socioeducação de foz do iguaçu: A efetividade da medida de internação no processo de reinserção social dos adolescentes*. 117 f. Mestrado Profissional em políticas públicas. Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Maringá, Maringá Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UEM.
170. Gomes, Daiane Daine de Oliveira (2016). *Da privação de direitos à privação de liberdade: tecendo trajetórias de adolescentes negros em cumprimento de medida socioeducativa de internação*. 169 f. Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, Fortaleza. Biblioteca Depositária: biblioteca central da universidade estadual do Ceara.
171. Duarte, Joana das Flores (2016). *Para além dos muros: as experiências sociais das adolescentes privadas de liberdade*. 177 f. Mestrado em serviço social. Instituição de Ensino: pontificia universidade católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: PUCRS.
172. Melo, Tatiane Alves de (2016). *O dispositivo socioeducação na inclusão e exclusão da criminalidade: histórias de vida*. 158 f. Mestrado em administração. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Biblioteca Depositária: UFES.
173. Neves, Caroline Souza (2016). *Pelas mãos do socioeducativo: práticas disciplinares na medida socioeducativa de internação*. 90 f. Mestrado em política social. Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília. Biblioteca Depositária: unb.
174. Lima, Janice Raquel de (2016). *Representações de agentes socieducadores/as: um estudo baseado na análise crítica do discurso*. 140 f. Mestrado em estudos de linguagem. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFMT.